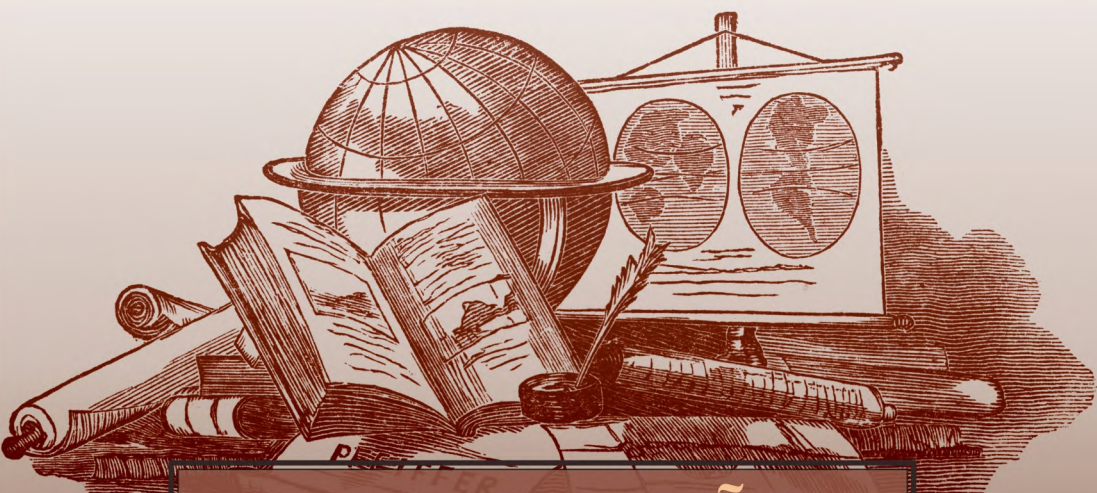




# CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS

Fillipe T. P. Torres  
Ricardo de S. Dagnino  
Antonio de Oliveira Jr.  
organizadores



Fillipe Tamiozzo Pereira Torres, Ricardo de Sampaio Dagnino e Antonio de Oliveira Jr. (Org.), 2009.

*Copyright* © Geographica, Consultoria, Estudos e Projetos Ambientais LTDA.

Ruas São José, 315 / 201 Centro – Ubá / MG – CEP 36500-000.

**ISBN 978-85-61911-03-4**

**Produção da Multimídia**

Fillipe Tamiozzo Pereira Torres

*FICHA CATALOGRÁFICA*

Catálogo na fonte

---

A693 Contribuições Geográficas / Fillipe Tamiozzo Pereira Torres,  
Ricardo de Sampaio Dagnino e Antonio de Oliveira Jr.  
(organizadores). – Ubá: Ed. Geographica, 2009.

iv, 542 f.: il.

ISBN 978-85-61911-03-4

1. Geografia.

2. Geografia Física. 3. Geografia Humana.

I. Título

CDD- 910

---

## SUMÁRIO

- 9      *SOBRE OS AUTORES*
- 13     ENTREVISTA COM CARLOS AUGUSTO DE  
FIGUEIREDO MONTEIRO: DEPOIMENTO DE UM  
GEÓGRAFO DA SEGUNDA METADE DO SÉC. XX  
*Ricardo de Sampaio Dagnino*  
*Marcos Wellausen Dias de Freitas*
- 47     A GEOECONOMIA DOS ESPAÇOS REGIONAIS  
TRANSNACIONAIS  
*Elói Martins Senhoras*
- 77     DESENVOLVIMENTO LOCAL E ESTRATÉGIAS DE  
SOBREVIVÊNCIA DE COMUNIDADES DE PESCADORES  
NO LITORAL NORTE DO ESTADO DO ESPÍRITO  
SANTO: O CASO DA VILA REGÊNCIA, LINHARES  
*Anderson Pereira Portuguese*
- 99     ANÁLISE ESPACIAL DAS ENFERMIDADES: A  
SITUAÇÃO DOS FATORES AMBIENTAIS NO  
PLANEJAMENTO DO SETOR DE SAÚDE MUNICIPAL  
*José João Lélis Leal de Souza*

# **A GEOECONOMIA DOS ESPAÇOS REGIONAIS TRANSNACIONAIS**

*Elói Martins Senhoras*

## **INTRODUÇÃO AOS ESPAÇOS TRANSREGIONAIS E AOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL**

*Não há verdades definitivas, apenas  
interpretações sobre a realidade,  
condicionadas pelo ponto de vista de quem  
as propõe.*

**Friedrich Nietzsche**

Com o crescente processo de globalização, os tradicionais estudos regionais baseados, nas particularidades, têm cedido espaço para outras “regiões”, articuladas a escalas mais abrangentes de caráter internacional.

Dentro desse contexto e devido aos controversos significados e instrumentalizações do conceito região na geografia, o presente artigo pretende fazer uma releitura teórica do termo região por meio do referencial da geografia das relações internacionais, através dos conceitos de *regionalismo*, *regionalização aberta* ou *integração regional transnacional*, que são processos multifacetados de formação de blocos de países que compartilham os mesmos valores ou objetivos, a partir de ações engendradas pela lógica econômica do

mercado e/ou dos Estados-Nações soberanos, ao estabelecerem voluntariamente instituições para governança coletiva.

Enquanto processo formal, a integração regional transnacional pode adquirir diferentes formas institucionais e diferentes níveis de profundidade, podendo ir de uma zona de livre comércio, passando por uma integração aduaneira, e finalmente podendo alcançar a integração econômica e integração física e talvez a política, o que confere ao regionalismo a característica de ter se tornado um fenômeno centrípeto, que envolve o movimento de países em direção a uma maior integração mútua.

Os espaços regionais transnacionais têm sido um dos maiores movimentos nas relações internacionais, pois praticamente todos os países do globo são membros de um bloco, e muitos pertencem a mais de um, de forma que quase dois terços do comércio mundial se dá por meio desses “mercados comuns” (Hilaire e Yang, 2003).

O regionalismo tem se tornado um fenômeno centrípeto que envolve o movimento de países em direção a uma maior integração mútua, que tanto pode ser caracterizado por um processo formal, dirigido por forças políticas, motivadas por preocupações econômicas, de segurança ou quaisquer outras, como também pode resultar de um processo informal, guiado pelas mesmas forças microeconômicas que conduzem ao multilateralismo.

Os esquemas de integração regional transnacional no mundo constituem espaços de conglomeração estatais que entraram definitivamente na agenda do sistema internacional no pós-Guerra Fria por meio de duas ondas de regionalização.

A primeira geração de regionalismos seria consequência da vontade dos países subdesenvolvidos em diminuir a dependência política e econômica que possuem com relação aos países avançados. A adoção de acordos preferenciais seria um modo de desencorajar as importações e encorajar o desenvolvimento das indústrias nacionais. Este tipo de acordo, sem dúvida, levou ao desvio de comércio internacional.

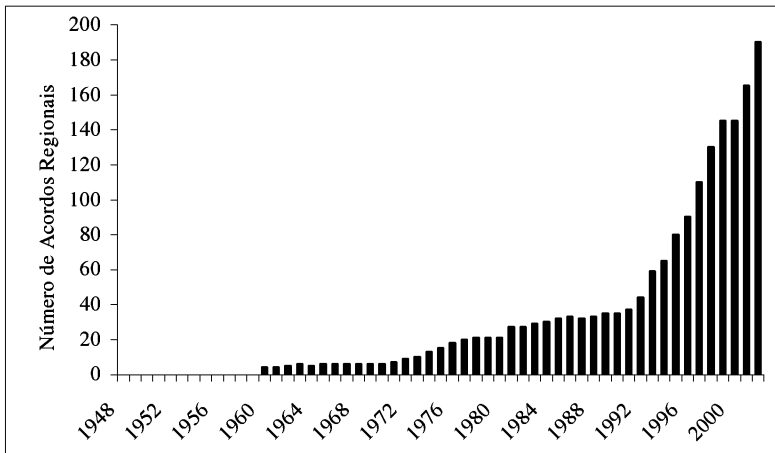
A segunda onda surgiu profundamente diferente da primeira, pois as novas iniciativas regionais representaram uma tentativa dos membros em facilitar a sua participação na economia mundial, ao invés de se isolarem, como no caso anterior. Estes novos processos regionais, que envolveram tanto países desenvolvidos como países

em desenvolvimento, podem ser caracterizados como estratégias para liberalizar e abrir as economias através da implementação de políticas export e foreign-investmente-led, ao invés da promoção de estratégias de substituição de importações.

É possível descrever os antigos acordos regionais como sendo acordos firmados entre países que possuíam quase o mesmo grau de desenvolvimento e que geralmente se encontravam muito próximos geograficamente uns dos outros. Além disso, estes primeiros tipos de acordos concentravam-se na redução das barreiras tarifárias e não tarifárias para promover maior comércio entre os países. O antigo regionalismo era utilizado basicamente como um instrumento de suporte das políticas nacionais de desenvolvimento, procurando superar a restrição de mercado.

Se desde o final da Segunda Guerra Mundial, algumas iniciativas de integração regional foram desenvolvidas na Europa, América Latina e Ásia, somente, em uma segunda onda, na última década do século XX, é que se verificou uma verdadeira expansão da integração regional, envolvendo todos os continentes do planeta.

Gráfico 1 - Evolução Histórica dos Acordos de Integração Regional



Fonte: Elaboração própria. Baseada nos dados da WTO (2003).

A partir dos anos 90, a integração regional aparece como um processo que deve ser compatível e subordinado ao processo mais amplo de abertura multilateral, defendido e estimulado pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, e negociado no âmbito da Rodada Uruguai do GATT, que originou a criação da OMC.

### **MARCOS TEÓRICOS DOS ESPAÇOS TRANSREGIONAIS**

Levando em consideração as contribuições das teorias (neo)realistas, (neo)liberais e (neo)marxistas, as respostas teóricas fornecidas sobre o regionalismo internacional variam de acordo com os pressupostos teóricos e as visões sobre a realidade de cada corrente.

Para a corrente teórica realista, que coloca o seu foco de estudo na competição interestatal pelo poder, os processos de regionalismo internacional lhe custam caro no balanço de poder de perdas e ganhos. Pensar a integração regional sob esta ótica é possível, mas esbarra no nível de aprofundamento do processo e por isso há uma visão estática que considera a integração regional como o resultado de uma comunidade política.

As negociações regionais acontecem somente quando as expectativas de cooperação implicam na possibilidade de ganhos recíprocos, mas sem a alteração negativa dos equilíbrios alcançados previamente, cuja interpretação realista sugere que a situação de concentração de poder de ganhos e perdas acaba pondo em risco a sustentação do processo de integração no longo prazo (Tullo e Veiga, 1996).

Segundo os realistas as integrações regionais só podem ser pensadas como uma alternativa temporária dos Estados perante as dificuldades de inserção internacional, sendo portanto, somente plataformas intergovernamentais de diálogo e nunca estruturas supranacionais que impliquem em cessão de parcela da soberania.

Para a corrente liberal o regionalismo é explicado pelos próprios fundamentos teóricos de cooperação do liberalismo clássico

que permeou a ciência econômica e a ciência política, em cuja liberdade é o melhor caminho para a alocação racional dos recursos.

Sob o ponto de vista da corrente liberal, a interdependência é tida de forma muito clara como condição fundamental para a integração, o que a distancia da corrente realista, ao assumir uma postura de otimismo em relação à possibilidade de cooperação dentro do sistema internacional, e ao considerar que os Estados percebem na integração cooperativa uma forma de aumentar os ganhos individuais absolutos.

As interpretações liberais *intergovernamentais* e *supranacionais* colocam, respectivamente que os Estados e uma pluralidade de atores transnacionais buscam instrumentalizar os processos de integração regional para seus próprios objetivos políticos e econômicos, segundo um comportamento racional que busca maximizar as suas vantagens sem eliminar as vantagens de *partners*.

Nesse arcabouço teórico, o surgimento do regionalismo tem sido interpretado de forma bifurcada, por impulsos econômicos e comerciais de agentes privados e por impulsos de cooperação política interestatal; e quanto ao funcionalismo dos blocos regionais, a divisão se processa pelo formato institucional supranacional e pelo formato intergovernamental.

Dentro da corrente liberal surgiu ainda um sub-campo específico com particular destaque, o funcionalismo, cujas teorias foram elaboradas explicitamente para explicar os casos de integração regional *vis-à-vis* às correntes liberais, realistas e marxistas que fizeram adaptações de suas teorias mais amplas na teorização dos processos regionais.

O conceito funcionalista de *spillover* é basilar na teorização, pois reconhece o papel do Estado nas relações internacionais, sugerindo ao mesmo tempo que a consolidação dos processos de integração depende da participação de atores sociais, políticos e econômicos.



## Quadro 1 - Formatos Teóricos de Formação Histórica dos Blocos Regionais

|                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Formação Passiva ou Subordinada</i> | Os processos de integração regional seriam respostas de amadurecimento do mercado. Nesta formação histórica, os Estados seriam instituições com a missão mínima de permitir que o mercado realize sua tarefa natural. Nesse viés passivo ou subordinado da política em relação à economia, a formação histórica demonstra que os países se acoplaram passivamente aos blocos hegemônicos que se formam, independente de uma ação política diretiva. |
| <i>Formação Ativa ou Política</i>      | Os processos de integração regional seriam produtos de ações engendradas no plano político. Nesta formação histórica, os regionalismos seriam uma reação dos Estados Nacionais às intempéries do mundo econômico globalizado. Portanto, apesar de serem processos influenciados por corporações multinacionais e respaldados por Organizações Mundiais, os regionalismos se formaram a partir da ação política dos países-membros.                  |

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Ferrer (1996) e Oman (1994).

O *spillover* supõe a existência de um núcleo funcional com capacidade autônoma de provocar estímulos integracionistas, incorporando ao longo do tempo novos atores e setores relevantes. Este fenômeno ocorre quando políticos e elites percebem que a integração pode produzir mais benefícios econômicos do que sacrifícios, e tentam por isso influenciar suas instituições centrais.

*A idéia contida nesse conceito é que a integração, ao se aprofundar, mobiliza grupos de interesse existentes na sociedade contra ou a favor do processo. A sociedade não se limita apenas a respeitar os acordos feitos entre os governos, buscando formas de melhor intervir e participar das negociações. Esse interesse dinamiza o processo de integração, tornando-o*

*menos dependente da vontade política dos governos* (Mariano, 2002: 16).

Para os funcionalistas a atividade funcional do Estado poderia reorientar a ação internacional e contribuir para a paz mundial, porque o avanço da cooperação no plano técnico-burocrático levaria à integração internacional que tenderia a promover uma unificação econômica que, por sua vez, poderia levar em última instância à unificação política.

As teorias neofuncionalistas colocam as integrações regionais como formas de aumentar o potencial político na balança internacional de poderes por um lado e de otimizar a capacidade econômica dos Estados por outro. Conforme as decisões são tomadas e suas consequências tornam-se mais evidentes, a integração é paulatinamente incorporada na vida doméstica das nações envolvidas por efeitos de transbordamento - *spill-overs* -, pois tende a criar interesse e envolvimento crescentes na sociedade, acarretando a participação de instâncias governamentais e atores que inicialmente ficaram marginalizados.

Para as ramificadas correntes neomarxistas, os fenômenos de regionalização internacional, superpostos e interligados, expressam formas de acumulação do capital e formas de distribuição do poder que reorganizam espacialmente a economia e a política no plano mundial.

Segundo Camargo (2002), a formação de esquemas regionais está diretamente ligada à configuração geopolítica e geoeconômica do sistema global em que os Estados e uma pluralidade de empresas transnacionais estão inseridos. Isso significa que a emergência de blocos econômicos traduz as transformações espaciais por meio de processos de desterritorialização e de reterritorialização do atual sistema-mundo, ambos movimentos fundamentados na lógica capitalista da competição global.

É consenso entre as interpretações neomarxistas que os fenômenos da globalização e o da regionalização, superpostos e interligados, expressam formas de acumulação do capital e formas de distribuição do poder que reorganizam nas relações internacionais a economia e a política.

Segundo esse entendimento, a emergência de um princípio novo de organização mundial, atestada pela hipermobilidade do capital e pela cessão de autonomia política que se transfere para o emergente sistema comandado pelas grandes corporações, torna a integração regional um meio para administrar com mais facilidade o paradoxo global dos Estados Nacionais que têm que se mover e barganhar entre o impulso voltado para a consolidação e ampliação dos interesses nacionais, de um lado, e a promoção da mobilidade do capital, de outro.

As interpretações teóricas sobre o regionalismo internacional corroboram para o entendimento que existem diferentes ângulos de análise sobre um mesmo fenômeno, com proposições diferenciadas de influência na formulação da política de Estado entre liberais e realistas, e com níveis de profundidade diferenciados de análise, desde uma percepção internacional do sistema de acumulação do capitalismo até percepções centradas no relacionamento de atores como Estados, Empresas e Instituições Internacionais.

## **O REGIONALISMO E AS DINÂMICAS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Entende-se por novo regionalismo, regionalização aberta ou integração regional o processo de formação de blocos de países economicamente integrados, em maior ou menor grau, que é estimulado, e ao mesmo tempo, estimula o comércio intra-industrial e o aproveitamento de economias de escala, capacitando as economias para o desenvolvimento e para inserções mais dinâmicas no cenário capitalista global.

*A terminologia integração traz em sua essência a idéia de unidade, surgindo da necessidade de união de forças no combate a ameaças externas e no revivescimento do Estado, da economia e da sociedade, nos momentos em*

*que demonstram sinais de enfraquecimento  
(Beçak, 2000).*

Para Fishlow e Haggard (1992), o conceito de regionalismo é utilizado para expressar dois diferentes fenômenos. O primeiro seria um processo econômico no qual os fluxos de comércio e de investimento dentro de uma dada região (intra-região) crescem mais rapidamente do que em relação aos fluxos da região com o resto do mundo. O segundo fenômeno seria a formação de grupos ou blocos políticos que objetivam a redução de barreiras intra-regionais para incentivar os fluxos de comércio e de investimento (cooperação política), via de regra, pouco significativos. A rigor, as duas definições podem ser complementares, uma vez que a partir de decisões políticas e da institucionalização do processo, cria-se um ambiente propício para o avanço da integração econômica.

O importante incremento de comércio intra-regional durante os anos 90 demonstra que não houve uma redução de comércio entre as diferentes regiões do mundo, mas justamente o contrário, através de uma dinamização complementar entre regionalismo e multilateralismo pois todas as regiões do mundo demonstraram um incremento do comércio inter-regional com a maioria do resto das regiões do mundo.

Considerando o incremento significativo dos acordos de regionalismo aberto no mundo durante os anos 90, o incremento no comércio mundial pode ser um indicador de como o regionalismo aberto pode apoiar um novo multilateralismo.

Devido a esses dados, o regionalismo tem sido justificado conceitualmente como um instrumento de integração econômica compatível com as modernas teorias explicativas do comércio, além de ser complementar ao processo histórico de progressiva liberalização, em curso no capitalismo contemporâneo.

Tabela 1 - Crescimento Anual das Exportações por Região Econômica (1990-2000)

| Origem/<br>Destino   | Mundo | América<br>do Norte | América<br>Latina | Europa<br>Occidental | Europa<br>Oriental | África | Oriente<br>Médio | Ásia   |
|----------------------|-------|---------------------|-------------------|----------------------|--------------------|--------|------------------|--------|
| Mundo                | 6.21% | 8.54%               | 10.35%            | 4.12%                | 6.76%              | 3.14%  | 4.78%            | 8.17%  |
| América<br>do Norte  | 7.33% | 8.95%               | 12.00%            | 4.54%                | 1.91%              | 2.92%  | 5.19%            | 5.60%  |
| América<br>Latina    | 9.35% | 12.69%              | 11.64%            | 3.74%                | -8.57%             | 4.05%  | 1.82%            | 4.35%  |
| Europa<br>Occidental | 4.08% | 7.45%               | 6.45%             | 3.53%                | 7.64%              | 0.89%  | 2.71%            | 5.21%  |
| Europa<br>Oriental   | 9.90% | 16.27%              | 7.09%             | 9.68%                | 11.13%             | 2.75%  | 8.99%            | 5.97%  |
| África               | 3.35% | 5.28%               | 11.01%            | 1.84%                | -6.75%             | 5.97%  | 3.27%            | 11.92% |
| Oriente<br>Médio     | 6.95% | 8.17%               | -4.41%            | 2.86%                | -7.54%             | 9.69%  | 6.89%            | 8.94%  |
| Ásia                 | 8.36% | 7.30%               | 11.76%            | 6.49%                | 0.82%              | 7.39%  | 7.14%            | 10.00% |

Fonte: WTO (2001).

Esse processo descrito como novo regionalismo diferencia-se profundamente daquele descrito no subsequente pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente pelo fato desses novos acordos serem mais abertos e mais abrangentes.

Os blocos regionais surgem como uma resposta politicamente organizada à globalização, buscando, através de um compromisso formal entre diversos Estados, assegurar uma maior estabilidade econômica e melhor inserção de seus integrantes nesse novo cenário mundial.

Desta forma, a velha controvérsia sobre os méritos relativos do regionalismo e do globalismo tornou-se crescentemente obsoleta, na medida que as organizações regionais atuais constituem um desdobramento natural da cooperação internacional, compatível e até mesmo fundamental para o multilateralismo e para o sistema das Nações Unidas.

## Quadro 2 - Motivações do Novo Regionalismo

|                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Motivação política</i><br>ou<br><i>Motivação de jure</i><br><i>(formal)</i>   | A constituição dos novos acordos regionais é a expressão política ou formal ( <i>de jure</i> ) para respaldar a integração econômica <i>de facto</i> , conduzida por forças centrípetas pelos Estados via acordos políticos de redução de barreiras.                                                                                                                                                                                     |
| <i>Motivação microeconômica</i> ou<br><i>Motivação de facto</i><br><i>(real)</i> | A constituição de novos acordos regionais significa um desdobramento lógico do desenvolvimento capitalista contemporâneo, sendo a expressão da integração econômica <i>de facto</i> . Conduzida por forças centrífugas do atual estágio do capitalismo mundial, caracteriza-se como um fenómeno essencialmente microeconómico, em que a estrutura concorrencial e as estratégias de empresas transnacionais desempenham papel essencial. |

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Oman (1994).

A novidade dos processos atuais de regionalização em blocos, em face processo de crescente integração global, é a complexidade cada vez maior do cenário das negociações internacionais que apontam para um gradualismo na constituição destas *instituições intergovernamentais* ou *supranacionais*, pois a agenda de negociação emergente passou a incluir áreas tradicionalmente consideradas como pertencentes ao âmbito das políticas domésticas.

Os blocos regionais são de tipos diferentes, se encontram em estágios diversos de integração regional e possuem objetivos políticos e econômicos distintos, classificando-se em modalidades de integração econômica que variam de acordo com o grau de comprometimento por parte dos países membros através de políticas comerciais e econômicas comuns e de acordo com a evolução da integração.

O Acordo de Livre Comércio é o tipo mais comum adotado entre os países e baseia-se num processo de redução das tarifas aduaneiras entre os países signatários, que tendem a cair à zero, sendo que existem vários graus de intensidade neste tipo de acordo, podendo ser que a redução abranja todos os produtos ou que apenas se refira a alguns produtos negociados.

Nesse tipo de acordo, os países participantes podem concordar em abolir totalmente todas as barreiras internas ao comércio entre eles. Entretanto, os países pertencentes a uma zona de livre comércio geralmente mantêm políticas comerciais independentes em relação a terceiros países e, para evitar o desvio de comércio em favor de membros que tenham tarifas mais baixas, usam um sistema de certificados de origem que servem para impedir que um país importe um produto qualquer e depois o re-exporte para os países membros do grupo.

Um segundo formato de integração são as Uniões Aduaneiras, que podem ser consideradas como uma evolução dos acordos de livre comércio, uma vez que se institui uma tarifa externa comum e o regime geral de origem, em relação a produtos provenientes de terceiros países não integrantes da aliança. O principal objetivo é ajustar as tarifas convencionadas, com o fim de fortalecer os Estados-membros para enfrentarem o processo concorrencial extracomunitário. Um exemplo de união aduaneira é a Comunidade Andina.

O Mercado Comum representa um posterior aprofundamento da União Aduaneira, já que além de adotar todos os pontos mencionados, remoção das barreiras internas e adoção de barreiras externas comuns, ainda adota a livre mobilidade interna de fatores de produção, como mão-de-obra, capital e informação. O Mercosul é um exemplo de um mercado comum, ainda incompleto, pois uma integração somente é plena quando a livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais existe, com a consequente ação unificada dos participantes em face da economia global.

O aprofundamento do *regionalismo* via *integração física* de uma infra-estrutura compartilhada e transnacional é uma questão que se coloca como central para uma melhor compreensão dos principais fundamentos, motivações, controvérsias e limitações de uma integração comercial entre países fronteiriços.

A União Econômica e Monetária representa a última fase de integração econômica. Neste caso, o objetivo do acordo é a eliminação das tarifas internas e o estabelecimento das barreiras externas comuns, de modo a permitir a coordenação das políticas econômicas dos países membros e possibilitar um livre fluxo de capital e mão-de-obra entre os países participantes.

### Quadro 3 - Tipologia de integração econômica

|                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Acordo de livre-comércio</i>        | Ausência de barreiras tarifárias e não-tarifárias entre os países. Nesse tipo de acordo os países participantes podem concordar em abolir totalmente todas as barreiras internas ao comércio entre eles.                                                                     |
| <i>União aduaneira ou alfandegária</i> | É um passo adiante em relação à área de livre-comércio, pois estabelece tarifas externas comuns para produtos importados de terceiros países                                                                                                                                 |
| <i>Mercado comum</i>                   | É um passo além da união aduaneira, uma vez que estabelece a livre circulação de trabalhadores, serviços e capitais e implica maior coordenação das políticas macroeconômicas, além da harmonização das legislações nacionais (trabalhista, previdenciária, tributária, etc) |
| <i>União econômica</i>                 | Prevê uma moeda e um Banco Central único para os países do bloco. Para o seu funcionamento efetivo, os países devem possuir níveis compatíveis de inflação, déficit público e taxa de juros; as taxas de câmbio se tornam fixas entre esses países                           |
| <i>Integração física</i>               | Prevê a construção de infra-estrutura transnacional a partir de redes integradas de base logística e energética compartilhadas entre diversos países de uma região.                                                                                                          |
| <i>União política ou confederação</i>  | É o grau máximo de integração, onde os poderes legislativo, executivo e judiciário dos Estados-membros são vinculados ao abrir mão de suas soberanias individuais para dar lugar a uma nova nação soberana que é o somatório das nacionalidades.                             |

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Beçak (2000).

A evolução final de uma União Econômica seria a criação de um banco central unificado e o uso de uma moeda comum, além da criação de um governo central com estados políticos independentes e uma estrutura política única. O grande exemplo de uma União Econômica e Monetária é a União Européia.

Como nos processos de integração regional os interesses econômicos não são os únicos vetores de viabilização dos acordos, pois há a possibilidade de um regionalismo vir a se tornar em uma união política, conforme as motivações e o compartilhamento de valores dos Estados.



Da apresentação da tipologia dos blocos regionais, verifica-se que cada etapa pressupõe, em graus diferenciados, o comprometimento dos Estados participantes em torno de objetivos comuns, principalmente aqueles de ordem econômica, mas também inclusos os aspectos políticos, jurídicos e sociais, que requerem a formação de instituições multilaterais endógenas ao bloco para a regulação e formação de normas e procedimentos de negociação.

#### Quadro 4 - Modelos de Instituições dos Processos de Integração

|                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|---------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Modelo<br/>Supracional ou<br/>Maximalista</i>        | O Modelo Supracional ou Maximalista envolve instituições sub-regionais com <i>status</i> legal internacional e poderes transcendentais aos dos países membros. As instituições tipicamente incluem algum tipo permanente de poder de decisão e corpos executivos. Exemplo: União Européia e Comunidade Andina.                                                           |
| <i>Modelo<br/>Intergovernamental<br/>ou Minimalista</i> | O modelo minimalista assenta-se no poder de decisão e na autoridade de coordenação intergovernamental outorgados pelos países-membros, de forma a excluir instituições supranacionais com <i>status</i> legal de independência, o que proporciona proteção à soberania, retenção de poder e iniciativa de decisão e ação ao Estado Nacional. Exemplos: Nafta e Mercosul. |

Fonte: Elaboração própria. Baseada em IADB (2002) e Guedes de Oliveira (2001).

Evidentemente, a importância de instituições regionais reside na capacidade de absorver os prismas da cooperação e do conflito entre os países, fazendo das regras do jogo um lugar de consenso entre os interesses nacionais e os interesses do bloco diante de diferentes dinâmicas de atuação político-econômica no mundo globalizado. Através das instituições político-jurídicas regionais é que se faz possível a criação de um ambiente atrativo e seguro para o engajamento em atividades econômicas em nível internacional e para a atração dos países ao ambiente regional.

Tal como as instituições nacionais são fatores determinantes da performance econômica nacional, os acordos de integração regional também requerem, para seu bom funcionamento e capacidade de articulação desenvolvimentista, instituições efetivas que estabeleçam regras e políticas para a atração de investimentos, abertura de novas oportunidades via comércio, melhoria da infraestrutura do bloco e a criação de incentivos e restrições que visem o desenvolvimento regional.

## O REGIONALISMO E AS DINÂMICAS DAS PANREGIÕES TRANSNACIONAIS

As numerosas e profundas mudanças no cenário internacional da globalização desvelam novas construções e velhas recomposições geoestratégicas que se destacam pela criação de esquemas regionais com dinâmica geopolítica e geoeconômica nas relações internacionais. As tendências de *regionalismos transnacionais* e *panregionalismos transnacionais* se tornam latentes e tomam destaque no sistema internacional, respectivamente, com a criação de blocos findando formar áreas competitivas e desenvolvimentistas e com a formação de áreas de influência buscando a abertura de espaços para o exercício de hegemonia.

A integração dos Estados em *regiões transnacionais* se refere a uma nova representação do espaço com efeitos específicos sobre as práticas espaciais de construção, uma vez que, por um lado, as fronteiras dos Estados passam a ser consideradas mais como continuidades à limites, e por outro lado as políticas externas se pensam crescentemente em termos de uma interdependência complexa que cria sensibilidades e vulnerabilidades.

Os panregionalismos são processos de integração regional transnacionais de grandes dimensões, que além de tradicionalmente resultarem da constituição de espaços de conglomeração estatais, possuem a especificidade de estarem inseridos na luta pela hegemonia no sistema-mundo, pois resultam dos esforços de um país ou grupo de centrais de assegurarem uma base mais sólida para alcançar ou manter a hegemonia mundial por meio de panregiões.

Embora as teorias panregionais tenham destaque nas relações internacionais contemporâneas, suas fundamentações de constituição de grandes espaços integrados não são novas, uma vez que já estavam presentes no início do século passado.

Nos anos 1930, as teorias geopolíticas alemãs formalizaram as teses nazistas de panregionalismo por meio de esquemas contíguos de integração Norte-Sul que combinavam agrupamentos raciais onde os povos subordinados deveriam existir para servir aos povos centrais, segundo a racionalidade do *espaço vital* (Agnew e Corbridge, 1995).

As panregiões surgiram das necessidades geopolíticas dos povos mais avançados e industrializados, em particular do Estado Alemão, que deveriam ser satisfeitas por outras regiões, ao serem incorporadas em grandes espaços organizados em torno de um Estado Central a fim de garantir o abastecimento de recursos primários e a criação de um mercado consumidor para seus produtos manufaturados.

A especificidade do tratamento do regionalismo transnacional e do Estado pela geopolítica alemã reside no seu comprometimento político com o Estado Alemão, que não é questionado em sua funcionalidade, embora a funcionalidade dos Estados vizinhos fosse questionada em detrimento da otimização de um espaço panregional.

#### Quadro 5 - Panregiões no Mundo segundo a Geopolítica Alemã

|                      |                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------|---------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Pan Euráfrica</i> | Centro na Alemanha, Itália e nas zonas industriais adjacentes |                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <i>Pan Ásia</i>      | Centro no Japão                                               |                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <i>Pan América</i>   | Centro no nordeste industrializado dos Estados Unidos         | A <i>Pan América</i> e a <i>Pan Rússia</i> foram fórmulas propagandistas para manter a neutralidade da URSS e dos EUA na II Guerra Mundial, não obstante uma vez ambos países tenham entrado no conflito, as respectivas panregiões desapareceram |
| <i>Pan Rússia</i>    | Centro na capital política soviética Moscou                   |                                                                                                                                                                                                                                                   |

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Haushofer (1931).

Diante do não estabelecimento de um consenso hegemônico gramsciano sobre a geopolítica mundial e a posterior derrota alemã na guerra, as teorias panregionais e as representações de construção internacional desapareceram da agenda política mundial até o seu reaparecimento no pós-Guerra Fria.

Com o fim da ordem geopolítica da II Guerra Mundial e a formação de um conflito ideológico bipolar entre o sistema capitalista capitaneado pelos Estados Unidos e o sistema Soviético centralizado pela URSS, a geopolítica mundial se enquadrou em uma Guerra Fria que durou mais de três décadas e que possivelmente teria fechado as possibilidades de estratégias alternativas no cenário internacional diante de dois blocos ideológicos e políticos antagônicos.

*Desde 1950 até 1989 se fala da existência de dois blocos ideológicos e políticos totalmente antagônicos, mas os desenvolvimentos que suscitara no cenário mundial não só implicaram na ruptura dessa bipolaridade, senão que levaram também à aparição de novos atores, as regiões integradas, que em certo sentido substituíram esses dois blocos, criando uma nova sinergia mundial na economia e política (Garcia, 2003: 140).*

Uma vez terminada a bipolaridade mundial, o sistema capitalista que já funcionava por meio de uma arquitetura de fluxos geográficos de comércio e finanças que convergiam em três pólos de disputa hegemônica – os Estados Unidos, o Japão e a Europa Ocidental – passou a incorporar os países do extinto bloco socialista, de maneira que a centralização da região americana, européia e asiática tornou-se base de regulação da interdependência complexa na nova ordem mundial.

Entre os países da tríade capitalista, a globalização caracterizou-se por ser um processo seletivo de busca de uma integração regional para fortalecer o espaço de cada pólo na concorrência internacional financeira e comercial de suas empresas multinacionais, onde determinadas regiões e atores do globo foram

incluídos e outros excluídos, conduzindo assim a uma diversificação cada vez maior do espaço mundial e agravando a concentração da riqueza.

*Juntamente com a globalização, aceleram-se as tendências à regionalização e à fragmentação, inerentes a este processo. Na medida em que a competitividade tornou-se a força motriz do capitalismo contemporâneo, a fluidez passou a ser um elemento indispensável para a atuação do capital financeiro e das empresas transnacionais em escala mundial, através da remoção dos entraves inerentes à soberania dos Estados-Nação. Neste contexto, produzem-se as integrações supranacionais em escala regional, precisamente quando o discurso livre-cambista torna-se dominante (Vizentini, 2002: 124).*

A evolução e o fortalecimento desses três espaços regionais demonstrou que ao longo dos anos 1990 houve a construção de panregiões no globo, que responderiam a uma lógica de círculos concêntricos, com *áreas centrais*, situadas no regionalismo da União Européia, nos Estados Unidos, no Japão e China, e com a associação de outras áreas periféricas e semi-periféricas (Carou, 2003).

Tornou-se parte do sentido comum conceber a sociedade internacional conformando grandes regiões ou blocos econômicos, onde sobressaem a Europa, a América do Norte e o Pacífico Asiático, como as regiões mais integradas e avançadas na atualidade, onde se concentra o poder mundial, demonstrando que na ausência da oposição socialista, o capitalismo tendeu a radicalizar suas formas, com a aceleração dos processos de reestruturação econômica, de concorrência e rivalidade interpolos.

Têm sido recorrentes as afirmações que o mundo está caminhando para uma estrutura de organização em que as três grandes panregiões européia, pacífico-asiática e americana estão presentes como principais pólos de definição de uma geografia das relações internacionais que incorpora fluxos materiais e imateriais.

Em definitivo as panregiões fazem parte de um consenso hegemônico gramsciano temporário na agenda política atual, pois não há países dentro das três grandes panregiões que não tenham tomado uma posição frente a essa tendência, por meio de integrações sub-regionais ou acordos bilaterais de livre comércio.

*O desenvolvimento dos processos de integração regional desde a Segunda Guerra Mundial levou não somente à constituição de macrossistemas de integração, senão à aparição, no fim da ordem geopolítica da Guerra Fria, de uma tendência marcada pela criação de unidades panregionais. Os melhores exemplos desta tendência seriam os esforços na construção da ALCA no continente americano e da União Européia ampliada (Carou, 2003: 45).*

As geoestratégias engendradas pelas integrações regionais demonstram que elas podem adquirir um *caráter latente*, como no caso da construção efetiva de uma União Européia ampliada que se tornou realidade, ou, um *caráter potencial*, como no caso do macrossistema da ALCA ou da APEC que tem um caráter prospectivo no continente americano e no quadrante híbrido Ásia-Pacífico.

Nas distintas geoestratégias das panregiões têm sido identificados muitas vezes alguns objetos de interesse comum, o que torna o plano das relações internacionais complexo perante as disputas de espaços comuns, sobretudo quando essas negociações envolvem movimentos simultâneos que têm por objetivo desbalancear a influência das projeções hegemônicas de cada parte.

No caso da América do Sul observa-se que os países e os próprios blocos do Mercosul e da Comunidade Andina foram objetos de disputa em dois flancos panregionais para a formalização de acordos de livre comércio, por um lado junto às negociações intergovernamentais das Cúpulas Ibero-Americanas com a panregião da União Européia, e por outro lado junto às negociações da Cúpula da Américas no projeto estadunidense da panregião americana.

Diante do *status quo* adquirido pelo sistema multilateral do mercado financeiro e comercial mundial, a identificação da crescente concorrência entre as panregiões faz com que em determinados momentos, além da presença nos organismos multilaterais e nas instituições específicas de *lobby* primeiro-mundista, haja uma aproximação entre os países-centros como forma de criar uma maior interdependência e portanto uma coordenação hegemônica sobre a dinâmica mundial, o que leva à multiparticipação em esquemas regionais e panregiões, tal como registrado na assinatura de acordos entre os Estados Unidos e a União Européia (Associação Econômica Atlântica), entre a União Européia e a área comercial pacífico-asiática da APEC e mediante a presença dos Estados Unidos na APEC.

#### Quadro 6 – Panregiões no Mundo Atual

|                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Panregião<br>Européia              | Os processos de formação do regionalismo europeu iniciaram-se com os planos de reconstrução após a Segunda Guerra Mundial. Os acordos regionais originais evoluíram progressivamente em compromissos de cooperação e integração na Europa Ocidental, por meio de institucionalizações cada vez mais profundas, desde a comunidade européia, mercado comum, mercado único e união monetária. A fim de ser um contrapeso hegemônico em relação à evolução asiática e estadunidense, esta primeira panregião a ser construída sob bases institucionais continua crescendo e se aprofundando por meio da absorção de países periféricos no seu <i>continuum</i> geográfico. O <i>centro</i> União Européia tem contornos ampliados por países periféricos significativamente diferentes da representação da Pan Euráfrica da geopolítica alemã, uma vez que têm incorporado os países do leste euroasiático. |
| Panregião<br>Pacífico-<br>Asiática | O centro da panregião pacífico-asiática tem suas origens na crescente convergência de interesses econômicos e na especialização produtiva do trabalho dos países do leste asiático em torno da dinâmica nipo-chinesa. A panregião como um todo é um espaço híbrido de conexão entre Ocidente e Oriente, onde o Oceano Pacífico via a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) toma                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |

|                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                     | destaque por ter se tornado o principal eixo de produção da riqueza no sistema capitalista. A especificidade desta panregião que está formada por alguns acordos ou tratados reside em uma <i>aliança estratégica regional</i> com uma trajetória comum de competição hegemônica frente às demais panregiões do mundo. Findando ganhar espaços comerciais e financeiros do Ocidente, esta panregião tem sido funcional por meio do <i>paradigma dos gansos voadores</i> , onde a divisão regional de trabalho e o comércio intra-regional seguem uma hierarquia tecnológica em “V” de países líderes (Japão e China) para países seguidores (tigres e dragões).                                                                                                                                                                                                                                |
| Panregião Americana | A panregião americana é um projeto estadunidense que se iniciou com a crescente interrelação entre Canadá e Estados Unidos e fora ampliada até o México, apontando como um experimento para a ampliação institucional de sua influência junto a toda a América Latina, que viera a fracassar parcialmente. Na panregião americana, a NAFTA pode ser interpretada como um esquema regional estratégico por ter sido o primeiro passo para os Estados Unidos ganhar terreno em sua panregião <i>vis-à-vis</i> a ALCA que fora uma meta dos seus interesses com o fim de preservar e aumentar a sua influência por meio da convergência de todos processos sub-regionais de integração em um único grande mercado regido sob sua égide. Entendida em sua totalidade, a panregião americana é uma resposta primária ou comercial frente à contestação hegemônica da panregião européia e asiática. |

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Garcia (2003).

## ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA DISCUSSÃO ESCALAR

As profundas transformações nas temporalidades e espacialidades do sistema capitalista apresentam uma série de desafios para a análise da expressão geográfica das densas e rápidas mudanças em curso, que impõem uma ampla e complexa agenda de análise trans-escalar a respeito das metamorfoses do movimento da



acumulação de capital em sua dimensão espacial.

Se por um lado, as construções relacionais das escalas geográficas tradicionalmente têm sido discutidas de maneira tripartite, segundo um recorte *local/regional, nacional e internacional*, de maneira mecanicista e hierarquizada na geração e apropriação de riqueza; por outro lado, é recorrente a identificação de que o sistema capitalista aperfeiçoou seus instrumentos, com o manejo mais ágil das escalas e a capacidade de utilização do espaço construído em novas escalas, pois, a natureza desigual da acumulação engendra um espaço múltiplo.

A simplificação hegemônica do entendimento da *exploração* e da *produção da riqueza* no sistema capitalista nas escalas local e regional merece uma devida reflexão crítica, para tratar adequadamente esses processos que acontecem de forma transescalar.

As escalas geográficas *per se* não são boas ou ruins ou únicas, são apenas instâncias transversais e simultâneas onde acontece a dialética da acumulação. Portanto, nenhum recorte espacial é natural ou dada *à priori*, pois as escalas são construções históricas, econômicas, culturais, políticas e sociais cujas forças capitalistas têm inerente capacidade de manejar bem simultaneamente e muitas vezes de forma articulada (Brandão, 2001).

Segundo Smith (1988), o capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência, pois aprimorou sua capacidade de ser transescalar, em seu próprio benefício, isto é, o do ganho rápido e sem constrangimentos escalares.

Assim sendo, as escalas são produzidas e não dadas ontologicamente *à priori*, pois são conteúdos e relações fluidas, contestadas e perpetuamente transgredidas, como observa Swyngedouw (1997) ao analisar vários eventos que ocorrem em uma escala e têm implicações e conseqüências em outras, uma vez que muitas vezes, independentemente de qual é o sítio em que ocorre um evento, seus efeitos são sentidos em diferentes níveis escalares.

Apesar de fluidas e interpostas entre si, toda escala é central e decisiva, material e politicamente, para estruturar os processos dialéticos da acumulação, por isso o artigo mostrou a centralidade

dos espaços regionais transnacionais para permitir uma reflexão mais profunda sobre as escalas que conformam as relações internacionais.

*A regionalização [do espaço internacional] deve ser vista como o resultado de múltiplos esforços para criar um regime regulatório de nível regional, uma escala espacial que seja potencialmente capaz de superar as limitações da escala estatal e, ao mesmo tempo, proporcione as vantagens de uma localização específica e limitada que possa reter em um espaço mais amplo aqueles aspectos da acumulação global que continuam concentrando-se nesse espaço (Niemann, 2000: 136).*

O processo de abertura das fronteiras nacionais, naturalizado na proliferação de regionalismos transnacionais, tem sido interpretado como uma escala intermediária entre escala nacional e a escala global, que nasce de uma evolução complementar à escala multilateral para abertura internacional.

O papel do Estado no cenário internacional continua a ser dominante nas relações internacionais, mas perde poder frente à proliferação de novos atores imersos no surgimento dos novos espaços de organização temporária do capital das panregionais e de multicortadas redes originadas de um emaranhado complexo e simultâneo de negociações bilaterais, regionais e multilaterais.

Os múltiplos fronts de negociações internacionais demonstram que as geoestratégias econômicas dos Estados Nacionais constroem um espaço internacional dicotômico - a economia-mundo - que é crescentemente *integrada* ou globalizada, e simultaneamente torna-se *fragmentada* por ser recortada por múltiplas escalas internacionais de relacionamento entre os atores presentes na relações internacionais.

Diante do *status quo* adquirido pelo sistema multilateral do mercado financeiro e comercial mundial, a identificação da crescente concorrência entre os esquemas regionais transnacionais faz com que em determinados momentos, além da presença nos organismos multilaterais, haja uma aproximação entre os países como forma de

criar uma maior interdependência, o que leva à multiparticipação em acordos regionais.

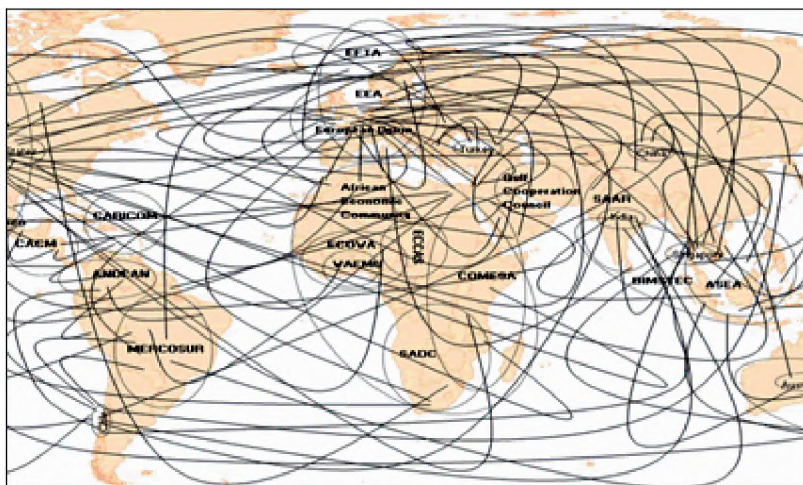
A espacialidade criada pelo emaranhado de acordos regionais e negociações simultâneos que recortam o sistema internacional e confere maior interdependência na dinâmica capitalista tem sido chamada de *spaghetti bowl*, pois demonstra como o espaço internacional da economia-mundo tem sido regulado por uma rede multidimensional de acordos e convênios de forma aparentemente caótica de auto-organização das relações internacionais.

Os regionalismos transnacionais, panregiões e redes de negociações no formato de *spaghetti bowl* são elementos paradigmáticos da evolução de acordos regionais, multilaterais e bilaterais em uma fase temporária rumo à integração escalar global da economia-mundo.

À contramão da rápida expansão dos fluxos imateriais das finanças internacionais, a expansão dos fluxos materiais de comércio internacional na economia-mundo capitalista é reflexo de uma trajetória evolutiva desequilibrada entre as políticas exteriores com caráter multilateral e regional.

A expansão do liberalismo comercial no mundo esteve marcada a partir do segundo quartil do século XX por um progresso tímido nas políticas multilaterais do sistema Gatt-OMC, com constantes rodadas de negociações e poucas temáticas bem sucedidas de liberalização comercial, marcado pelo refluxo de novas formas de protecionismo não-tarifário *vis-à-vis* à proliferação de um emaranhado de políticas bilaterais preferências simultâneas e o surgimento da formação de acordos regionais transnacionais.

Figura 1 - *Spaghetti Bowl* Mundial: Complexo Sistema Espacial de Negociações e Acordos Internacionais



Fonte: Unctad. Disponível em <[www.unctad.org](http://www.unctad.org)>, 2007.

O emaranhado reticular de novos acordos entre blocos regionais e países demonstra a especificidade dicotômica do espaço internacional, enquanto uma complexidade aberta e latente, que é meio e produto de vários fronts simultâneos de negociações bilaterais, regionais e multilaterais que integram a economia-mundo por meio de processos superpostos de recorte e fragmentação.

O grau de fragmentação do processo de integração da economia-mundo tem sido função do predomínio de uma diversidade assimétrica de *esquemas rasos de negociação*, que cresce a um ritmo crescente e se limita apenas ao avanço do livre fluxo do comércio e das finanças, ao passo que os *esquemas profundos de negociação* evoluem a um ritmo lento e seletivo a alguns países.

A integração fragmentada e multicortada pela exacerbação dos fluxos de capitais produtivos e financeiros demonstram a radicalização do capitalismo pela distensão transescalar do espaço e pela compressão temporal dos fluxos, enquanto um complexo simultâneo de trocas assimétricas.

Apesar das características ativas nas disformes trazidas pelo quadro das negociações internacionais em vários fronts, a lógica capitalista da exploração se mantém segundo um esquema centro-periferia, com alguns países centrais ou panregiões transnacionais, que concentram os fluxos de capitais financeiros e produtivos, embora as trocas e a própria exploração se difunda pela integração complexa de um *spaghetti bowl* no espaço internacional da economia-mundo.

Nesse complexo espaço internacional, os países periféricos têm uma propensão elevada a terem um desempenho inferior aos países centrais nas negociações internacionais devido à histórica cumulativa e dependente das políticas externas frente às restrições estruturais das institucionais políticas e econômicas ou frente ao poder interestatal assimétrico dos *Estados do Centro*, que se registra pela *unipolaridade militar* dos Estados Unidos e a *multipolaridade econômica* competitiva da tríade panregional (Nafta, União Européia e Ásia).

Diante desse cenário internacional, os processos de integração regional transnacional podem e devem politicamente estar associados a uma construção espacial menos assimétrica, por um lado enquanto um *fim* de desenvolvimento conjunto de Estados, e por outro lado, enquanto um *meio* de resistência à globalização ou às neoregiões, como contra-espaço que reflete práticas espaciais de forças contra-hegemônicas (Niemann, 2000).

Enquanto contra-espaços regionais, os processos de integração devem ser alavancados como iniciativas de Estados periféricos ou semi-periféricos frente à imagem de inevitabilidade de processos de integração panregional levadas a cabo por atores hegemônicos.

Neste espaço internacional complexo e assimétrico, a capacidade de autonomia para os países periféricos efetivarem seus planos de desenvolvimento, reside na eficiência deles garantirem seus interesses nos fronts simultâneos de negociação do tabuleiro internacional perante as conjunturas internacionais dos ciclos econômicos ou as inflexões estruturais dos ciclos hegemônicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUGATTAS, M. L. *Multilateralism, the New Regionalism and Development: Challenges confronting countries in a changing trading environment*. Genebra: UNCTAD, 2003.
- AGNEW, J.; CORBRIDGE, S. *Mastering Space: Hegemony, Territory and International Political Economy*. Londres: Routledge, 1995.
- BAPTISTA, L. O. “Modelos de Solução de Controvérsias nos Processos de Integração Regional”. In: ALBUQUERQUE, J. A. G.; OLIVEIRA, H. A. (orgs). *Relações Internacionais e sua Construção Jurídica*. São Paulo: FTD, 1998.
- BATISTA Jr., P. N. *O Brasil e a Economia Internacional – Recuperação e Defesa da Autonomia Nacional*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- BEÇAK, P. *Mercosul – uma experiência de integração regional*. São Paulo: Contexto, 2000.
- BRANDÃO, A. S. P.; PEREIRA, L. V. (eds.). *Mercosul: Perspectivas da Integração*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BRANDÃO, C. A. “A Espacialidade da Riqueza: notas teóricas sobre as principais determinações da dimensão espacial do processo de desenvolvimento”. *Cadernos IPPUR*, ano 15, nº 1. Rio de Janeiro: IPPUR, 2001.
- CAMARGO, S. “O canto da Sereia: América Latina perante a ALCA”. *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol. 16, nº 1. São Paulo: Fundação SEADE, 2002.
- CAROU, H. C. “Panregiones: viejas y nuevas ideas geopolíticas”. In: VALENCIA, A. R. et al. *La Integración regional de América Latina en una encrucijada histórica*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2003.
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *La Inversión Extranjera en América Latina y el Caribe*. Cepal: Santiago de Chile, 2000.

- DEVLIN, R.; FFRENCH-DAVIS, R. "Towards an Evaluation of Regional Integration in Latina America in the 1990s". *Documento de Trabalho do Banco Interamericano de Desenvolvimento*, n°2. Washington: BID, 1998.
- FERRER, A. *Historia de la globalización*. México: FCE, 1996.
- GARCIA, E. V. "Los dilemas de la integración en el continente americano: ALCA y Mercosur". In: VALENCIA, A. R. *et al. La Integración regional de América Latina en una encrucijada histórica*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2003.
- GUEDES DE OLIVEIRA, M. A. *Mercosul e Política*. São Paulo: LTr, 2001.
- HAUSHOFER, K. *Geopolitik der Panideen*. Berlin: Zentral Verlag, 1931.
- HILAIRE, A.; YANG, Y. *The United States and the New Regionalism/Bilateralism*. Washington: IMF, 2003.
- IADB - Inter-American Development Bank. *Beyond borders: The New Regionalism in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2002.
- JIMÉNEZ, E. M. *Geografía Económica de la Comunidad Andina. Regiones: Nuevos actores de la integración*. Secretaría General de la Comunidad Andina, 2003. Disponível em <[www.comunidadandina.org](http://www.comunidadandina.org)>. Acesso em 04/07/2006.
- KEOHANE, R. "Soberania estatal e instituições multilaterais: respostas à interdependência assimétrica". MOISÉS, J. A. (org.). *O futuro do Brasil: A América Latina e o fim da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MARIANO, K. L. P. "O Estado de São Paulo como um Ator Internacional". *São Paulo em Perspectiva*, vol.16, n° 2. São Paulo, 2002.
- NIEMANN, M. *A spatial approach to regionalism in the global economy*. Basingstoke: Macmillan Press, 2000.

- OMAN, C. *Globalisation et Régionalisation: quels enjeux pour les pays en développement?* Paris: OCDE-Centre de Développement, 1994.
- SMITH, N. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SWYNGEDOUW, E. “Neither global nor local: ‘globalization’ and the politics of scale. In: COX, K. *Spaces of globalization*. New York: Guilford Press, 1997.
- VALENCIA, A. R. “El posicionamiento débil y disperso de América Latina y el Caribe”. In: VALENCIA, A. R. et al. *La Integración regional de América Latina en una encrucijada histórica*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2003.
- VIGEVANI, T.; VEIGA, J. P. “Mercosul: Interesses e Mobilização Sindical”. In: Zylberstajn, H. et al. *Processos de Integração Regional e a Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- VIZENTINI, P. F. *Dez anos que abalaram o século XX*. Porto Alegre: Editora: Leitura XXI, 2002.
- WTO - World Trade Organization. *International Trade Statistics*. Geneva: WTO, 2001.
- WTO - World Trade Organization. “The changing landscape of RTAs”. *Seminar on Regional Trade Agreements and the WTO*. Geneva: WTO, 2003.